



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

PUBLICADO NO D.O.M.

N.º 48

de 01 JUL. 2008

**LEI N.º 12.821**  
**de 1º de julho de 2008.**

**“Altera a Lei n.º 9.626, de 8 de julho de 1999, que dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores do Município de Curitiba, determina sistemática para o custeio do Sistema de Seguridade Social dos Servidores do Município de Curitiba, e dá outras providências.”**

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A Lei n.º 9.626, de 8 de julho de 1999, passa a vigorar acrescido do art. 43-A, com a seguinte redação:

**“Art. 43-A. Para efeito do Plano de Custeio, e obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial do IPMC, institui-se que o Município fará aportes mensais ao IPMC, equivalentes aos valores gastos com o pagamento dos benefícios dos seguintes segurados:**

**I - servidores ativos em 31 de dezembro de 2008 que vierem a se aposentar até 31 de julho de 2023;**

**II - dependentes de servidores ativos em 31 de dezembro de 2008 que obtiverem o benefício de pensão até 31 de julho de 2023; e**

**III - dependentes de servidores ativos em 31 de dezembro de 2008 que obtiverem o benefício de pensão após 31 de julho de 2023 por morte de aposentado com início de benefício entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de julho de 2023.**

**§ 1º. Fica estabelecido que o Município de Curitiba é responsável pela realização de aportes mensais ao IPMC até o último dia útil do mês.**

**§ 2º. O valor dos aportes a que se refere o § 1º, deverá ser equivalente à folha mensal de benefícios dos segurados que constituem a Base de Cálculo dos Aportes prevista nos incisos I, II e III deste artigo.**

**§ 3º. Os aportes de que trata este artigo não excederão o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

- 2

**§ 4º. Os valores resultantes dos aportes feitos pelo Município ao IPMC deverão ser utilizados exclusivamente para constituição do fundo destinado ao pagamento dos benefícios previdenciários, não podendo o Município tomá-los por qualquer meio.**

**§ 5º. Se ao final dos prazos previstos nesta lei não tiver sido constituído o fundo com recursos suficientes para pagar os benefícios previdenciários, continuará o Município responsável pelo pagamento dos mesmos.” (AC)**

Art. 2º. Nos termos do parágrafo único do art. 42 da Lei nº 9.626, de 1999, a cada 3 (três) anos deverá ser criada uma comissão de avaliação do Plano de Custeio de que trata esta lei, formada por integrantes da SMF, IMAP, SMRH, IPMC, SMAD, PGM, SEPLAN e Conselho de Administração do IPMC, com o fim de analisar o referido Plano e propor formas de ajustes no custeio do Sistema Previdenciário Municipal, caso haja necessidade técnica.

Art. 3º. Os aportes estabelecidos no art. 43-A da Lei nº 9.626, de 8 de julho de 1999, poderão ser realizados através da transferência de bens, direitos e ativos de qualquer natureza, desde que seja mantido o equilíbrio financeiro do sistema.

§ 1º. O valor dos bens, direitos e ativos a serem transferidos, deverá ser devidamente comprovado por meio de avaliação técnica especializada.

§ 2º. A manutenção do equilíbrio financeiro do sistema deverá ser demonstrada através de nota técnica atuarial específica.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 1º de julho de 2008.



Carlos Alberto Richa  
PREFEITO MUNICIPAL